



Pesquisa mostra que 72% dos entrevistados querem mudanças no Código de Defesa do Consumidor

Em levantamento feito pela Câmara, maioria reclama de burocracia e falta de punição a empresas, mas poucos recorrem aos órgãos de defesa

Página 3



TV Câmara inaugura transmissão em canal digital em Porto Alegre

Página 2



Um encontro entre música e literatura



SERVIÇO:
DATA: 25 DE OUTUBRO
HORÁRIO: 19 HORAS
LOCAL: AUDITÓRIO DA TV CÂMARA
ENTRADA FRANCA

A edição de outubro do Canto das Letras, promovido pelo Centro Cultural da Câmara, com o apoio da TV Câmara e do Sindilegis, traz os escritores Rose Rocha, Roberto Klotz e a cantora e compositora Lidi Sater. O programa, em formato de talk show, divulga artistas ligados a Brasília, aliando música e literatura. A cantora Lidi Sater mora atualmente em Hong Kong, onde atua como divulgadora da música brasileira. No momento, está em Brasília para lançar seu primeiro CD, com o título Teia, produzido pelo baixista e arranjador Hamilton Pinheiro. No Canto das Letras, será acompanhada pelo violonista Dennes Souza. O paulista Roberto Klotz é escritor e engenheiro civil aposentado. Seus livros, que surpreendem com finais inesperados e texto bem humorado, já lhe renderam 21 prêmios em concursos literários. Rose Rocha é goiana e teve seu livro "Macacos não me mordam" lançado na 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em 2008. Em 2011, teve textos publicados na antologia O Indiscutível Talento das Escritoras Brasileiras, pela Editora Scortecci, de São Paulo.

Porto Alegre recebe transmissão em canal digital da TV Câmara

Geórgia Moraes

Será inaugurada oficialmente nesta segunda-feira (22) a transmissão da TV Câmara em sinal aberto e gratuito no Rio Grande do Sul. A cerimônia ocorrerá na Assembleia Legislativa do estado, em Porto Alegre. A capital gaúcha é a quinta a transmitir o canal digital aberto da TV Câmara. Também há estações em Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo. Com isso, a emissora legislativa passa a atingir um público potencial de 30 milhões de telespectadores.

A expansão do sinal é possível graças à Rede Legislativa de TV Digital, uma iniciativa da Câmara que prevê a partilha de custos entre o Congresso,

as assembleias legislativas e as câmaras municipais para a instalação e a manutenção dos equipamentos de transmissão digital nas capitais.

A tecnologia digital permite a transmissão de até quatro programas simultaneamente no mesmo canal, a chamada multiprogramação. Dessa forma, as programações da TV Câmara, da TV Senado, da TV Assembleia Legislativa e da TV Câmara Municipal podem compartilhar o mesmo canal.

No Rio Grande do Sul, é possível assistir às emissoras legislativas pelos canais 61.1 (TV Câmara), 61.2 (TV Senado) e 61.3 (TV Assembleia). Para sintonizar os canais, o cidadão precisa ter um conversor para TV digital (set top box) ou uma

TV com conversor integrado.

Ampliação - O 1º secretário da Mesa Diretora, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), afirmou que há um esforço para ampliar a Rede Legislativa no País. "Essa Mesa Diretora, sob a coordenação do presidente Marco Maia, e a Secom [Secretaria de Comunicação da Câmara] têm feito um trabalho intenso de ampliação do sinal, de digitalização e de melhor qualidade da TV Câmara no Brasil inteiro."

As próximas capitais a transmitir a TV Câmara serão Goiânia (GO), Palmas (TO), Cuiabá (MT) e Vitória (ES). Em seguida, Recife (PE), Rio Branco (AC), Natal (RN) e Curitiba (PR) passarão a integrar a Rede Legislativa de TV Digital.

Parceria - A Câmara dos Deputados também vai identificar câmaras municipais que estejam interessadas em aderir ao projeto para solicitar novas autorizações de canais ao Ministério das Comunicações. O objetivo é ampliar o sinal da TV Câmara e das TVs legislativas para que cada cidadão brasileiro possa acompanhar diretamente os trabalhos do Parlamento, ampliando a transparência e a participação popular no Poder Legislativo.

As câmaras municipais de Jaú, Barretos e Ribeirão Preto, cidades do interior de São Paulo, estão prontas para inaugurar suas operações, só aguardando autorização final do Ministério das Comunicações.

Acompanhar execução de obras públicas reduz custos e atrasos, diz palestrante

ALEXANDRA MARTINS

A receita de boa prática na administração pública é acompanhar o passo a passo. A medida foi destacada pelo general Carlos Alberto Maciel Teixeira, ao relatar, no I Seminário sobre Boas Práticas nas Contratações Públicas, na Câmara, como foi executada a expansão do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos.

Segundo ele, a receita pode parecer óbvia, mas, na administração pública, muitas obras que passam por licitação e são executadas por empresas privadas só recebem fiscalização quando o trabalho já está bem adiantado.

"Na verdade, a fiscalização é feita apenas quando a obra está pronta ou quase pronta, quando se identifica uma série de erros e a empresa tem que fazer de novo. Por isso há muita demora, o cronograma não é atendido e o preço da obra às vezes sobe, porque tem que fazer termo aditivo", explicou.

O general Teixeira apresentou o caso de Cumbica como exemplo de boa prática em contratações públicas e chamou o acompanhamento passo a passo de fiscalização participativa. "Problemas toda obra tem, todo projeto tem. Mas se



O seminário realizado na Câmara discutiu modelos e exemplos de boas práticas nas contratações públicas, como as obras de ampliação do aeroporto em Guarulhos

você identificou o problema durante a execução, pode chamar a empresa, conversar, discutir e adotar uma solução em conjunto, que seja boa para a empresa e para a administração pública."

Segundo o palestrante, outro aspecto que contribuiu para o sucesso da obra no aeroporto em São Paulo foi a avaliação prévia das empresas que se inscreveram para a licitação. Os respon-

sáveis pela obra conheceram todas as candidatas para se certificar que elas teriam condições de entregar o trabalho prometido.

Avaliação - Para o assessor jurídico da Diretoria Geral da Câmara, William Júnior, o seminário foi importante para reunir exemplos como o de Cumbica, que se repetem em vários pontos do País. "O resultado desse levantamento e

dessa pesquisa foi muito surpreendente. Primeiro pela participação dos municípios de uma forma geral, e, segundo, pelo fato de que a gente observa que fora da cúpula do governo federal existem boas práticas sendo desenvolvidas de forma muito produtiva."

O conteúdo do seminário - que foi realizado na quinta e na sexta-feira - e mais informações sobre as boas práticas na administração pública podem ser vistos no portal e-Democracia, onde o cidadão pode também participar de debates e sugerir mudanças nos projetos de lei em análise na Câmara. O endereço é www.edemocracia.leg.br.

agenda

SEGUNDA-FEIRA
22 de outubro de 2012

Sessão solene

Homenagem ao Dia do Dentista.
Plenário Ulysses Guimarães, 10h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

Rose de Freitas (PMDB-ES)

2ª Vice-Presidente

Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário

Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes

Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Ouvidor Parlamentar

Miguel Corrêa (PT-MG)

Procurador Parlamentar

Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Diretor-Geral

Rogério Ventura

Secretário-Geral da Mesa

Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenadora de Jornalismo

Patricia Roedel

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Maria Clarice Dias

Rachel Librelon

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Ilustrador

Renato Palet

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Disque-Câmara: 72% dos cidadãos querem mudanças no Código do Consumidor

Pouco mais de duas décadas após ser promulgado, o Código de Defesa do Consumidor (CDC - Lei 8.078/90) precisa ser atualizado. A opinião é de 72,4% dos cidadãos, das cinco regiões geográficas brasileiras, que participaram de uma sondagem feita pelo Disque-Câmara (0800 619 619), serviço telefônico gratuito oferecido à população pela Câmara dos Deputados. Foram ouvidas 1.175 pessoas entre os dias 6 de maio e 1º de agosto deste ano.

Os entrevistados pediram, principalmente, mais punição para empresas que insistem em desrespeitar o consumidor e menos burocracia na troca de produtos e revisão dos serviços. Uma boa parcela dos cidadãos reivindicou ainda agilidade no atendimento nos órgãos responsáveis e atualização tecnológica para acompanhamento das reclamações e facilidade no atendimento presencial.

A pesquisa, no entanto, também revelou que os brasileiros ainda têm muito a aprender no que diz respeito a usar as

leis a seu favor. Embora 62% tenham afirmado que nunca desistem de lutar pelos seus direitos como clientes, quase 40% dos entrevistados admitiram que nunca recorreram aos órgãos de defesa do consumidor ou às agências reguladoras. Os participantes do levantamento citaram o excesso de burocracia e a sensação de ter “muito esforço para pouco resultado” como justificativas para esse comportamento, conforme Malena Rehbein, da Coordenação de Participação Popular da Câmara.

“De maneira geral, o Procon é o órgão mais procurado. Fora isso, os cidadãos preferem ir direto à Justiça, pois não identificam a Delegacia do Consumidor ou as agências reguladoras como instituições

52,3%
dos entrevistados
acham o Código de
Defesa do Consumidor
pouco útil e
23%
nunca o utilizaram.
Apenas
24,8%
o consideram
muito útil.

onde eles possam conseguir alguma ajuda”, acrescenta Malena.

Poder de punir - A percepção de que há “muito esforço para pouco resultado” é compartilhada pelo empresário Rui da Silva, que considera a legislação atual muito boa, mas sente falta de um poder maior por parte dos órgãos de defesa do consumidor para punir os

empresários que desrespeitam os clientes. Ele sugere, por exemplo, o fechamento das portas por uma semana das lojas que não derem, em prazo previamente estipulado, a devida assistência ao cidadão que adquirir um produto com defeito

A coordenadora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pró-Teste), Maria Inês Dolci,

concorda com o empresário. “Temos de aperfeiçoar a parte criminal do código, a fim de os setores que ainda são resistentes à legislação deixem de praticar abusos contra o consumidor”, diz.

Credibilidade - Já a estudante Eliane Costa Andrade não só acredita no Código de Defesa do Consumidor como sempre recorre aos órgãos competentes para fazer valer seus direitos. “Todas as vezes que recorri deu certo. Você perde um pouco de tempo, claro, mas resolve o problema”. A opinião de Eliane, porém, é minoria. A pesquisa feita pela Câmara mostra que 52,3% dos entrevistados acham o Código de Defesa do Consumidor pouco útil e 23% nunca o utilizaram. Somente 24,8% o consideram muito útil. O resultado pode expressar a entrada no mercado de consumo de novas classes sociais, como explica Maria Inês Dolci. “Hoje, as classes D e E sabem que é muito fácil a oferta de crédito no Brasil, porém não percebem as consequências disso.

Deputados pedem mudanças pontuais no CDC; juristas elaboram reforma

Uma comissão de juristas nomeada pelo Senado elaborou três anteprojotos de atualização do Código de Defesa do Consumidor que foram entregues em março deste ano ao presidente José Sarney. Um dos objetivos dos textos é ajustar a legislação às novas realidades tecnológicas e mercadológicas.

Além de normas específicas para o comércio eletrônico – prática que não existia duas décadas atrás –, os juristas abordaram temas como o endividamento das famílias, a oferta de crédito e os ritos processuais. As propostas foram debatidas em um total de 37 audiências públicas, com autoridades e representantes de organismos de defesa do consumidor. A das três minutas de projeto de lei é a preservação de todas as conquistas do cidadão e o acréscimo de outros direitos e regras exigidos pela nova sociedade de consumo.

Mudanças pontuais - Mas para o deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que presidiu a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, não há a



Roberto Santiago



Hugo Leal

necessidade de reformar todo o texto. Ele teme a perda de direitos já assegurados na legislação atual e defende apenas mudanças pontuais. “Como dizem na minha terra, onde passa um boi passa uma boiada. Tenho a impressão de que, em algum momento, o código pode ser alterado para pior. Muitas medidas representam interesses de grupos específicos”, diz.

A mesma preocupação é manifestada pelo deputado Hugo Leal (PSC-RJ). Ele ressalta que legislações como CPC já são basilares e usadas pelos tribunais para fundamentar as jurisprudências. “O que precisamos é fazer a adequação dos julgados, das jurisprudências que já existem com relação à aplicação do código, ver onde há lacunas para a apreciação do Judiciário e, aí, sim, fazer a alteração”, argumenta. “Às vezes, as inovações surgem com um bom propósito, mas, na prática, não se apresentam razoáveis”, complementa.

Superendividamento - O crescimento da classe média, com a expansão da renda e o acesso mais fácil ao crédito, tem proporcionado a muitas pessoas alcançar

produtos e serviços antes distantes de sua realidade. O problema é que muitos têm gastado mais do que poderiam ou deveriam. Segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio, o percentual de famílias com dívidas no País chegou a quase 60% em agosto.

As medidas de estímulo ao consumo e as suas consequências para a economia foram tema de seminário recente na Câmara. O deputado Edmar Arruda (PSC-PR) manifesta preocupação com a oferta desenfreada de crédito. “Precisamos conceder um crédito de qualidade,

porque aumentar o consumo nas costas do endividamento das pessoas é um risco muito grande para a nação,” afirma.

A especialista Cláudia Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ressalta que o problema não é simplesmente de descontrole pessoal, mas da sociedade. “Pela primeira vez, temos a maioria da população incluída na classe média e também, de maneira inédita, 51% do crédito são destinados a pessoas físicas, não mais à produção e exportação”, cita.

Proteção ao comércio eletrônico

No ano passado, as vendas pela internet no Brasil movimentaram quase R\$ 50 bilhões - um crescimento de 43% em relação a 2010, segundo estudo da consultoria América Economia Intelligence. O número representou quase 60% de todas as transações on-line da América Latina. Se por um lado a evolução do comércio eletrônico traz inúmeros benefícios, por outro amplia a vulnerabilidade do consumidor. E por se tratar de algo recente, ainda carece de leis para proteger o comprador.

Um dos problemas encontrados por quem compra na internet é a falta de divulgação do endereço físico da empresa. O deputado Chico Alencar (PsoL-RJ) é autor de uma proposta (PL979/07) que obriga os fornecedores a informar não apenas o endereço para fins de citação por um oficial de Justiça, mas também o número de telefone e o endereço eletrônico utilizáveis para atendimento de reclamações. Alencar explica que a ausência desses dados muitas vezes impossibilita o cliente de prestar queixa. “É preciso compatibilizar o processo moderno da internet, que facilita a vida de todo mundo, com a qualidade do serviço prestado, a entrega e o direito do consumidor de fazer a cobrança devida”, afirma.

A proposta de modernização do Código de Defesa do Consumidor também prevê a obrigatoriedade da identificação de contato e endereço físico em destaque nos sites de vendas, além da oferta de serviços de atendimento.

Lançada frente parlamentar para defender carreira de médico perito previdenciário

A Frente Parlamentar em Defesa do Médico Perito Previdenciário, recém-lançada na Câmara, encabeça as discussões no Congresso sobre reestruturação da carreira. Composta por 234 parlamentares e presidida pelo deputado Manoel Junior (PMDB-PB), a frente quer definir novas diretrizes para os médicos peritos pensionistas, que exigem reajuste salarial, novas contratações e estrutura para trabalhar.

A principal reclamação da categoria é quanto à queda no número de médicos. Antes, se o grupo reunia quase 6 mil profissionais, possui agora 4,5 mil médicos peritos responsáveis pela elaboração de cerca de 700 mil requerimentos da Previdência por mês.

Durante o lançamento da frente, o deputado Manoel Junior citou as principais atribuições da frente parlamentar ao destacar os direitos do segurado. "É preciso dar melhores condições de trabalho a esses médicos



O coordenador da frente, deputado Manoel Junior (ao microfone), citou a busca por melhores condições de trabalho para médicos e de atendimento para segurados como atribuições do grupo

peritos que lidam no dia a dia com os trabalhadores do Brasil inteiro. Assim, eles poderão atender melhor aquele que busca a previdência para garantir os seus direitos e garantir com qualidade."

O parlamentar acrescentou que os integrantes da frente vão encaminhar projetos de lei para alterar a legislação. "Também vamos sensibilizar o Poder Executivo para que talvez a mudança saia até por medida

provisória".

A categoria, criada em 2004 para acabar com a terceirização médica na Previdência, quer reduzir as filas de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os médicos peritos previdenciários são responsáveis por constatar a incapacidade do trabalhador de continuar na função exercida, avaliando a saúde para o afastamento do segurado.

Violência - Como nem todos os segurados reagem bem à negativa do pedido de afastamento, surgem casos de agressões contra os médicos, segundo a associação nacional da categoria. Desde 2008, de acordo com a entidade, 102 médicos peritos sofreram algum tipo de violência e dois morreram. Até fevereiro deste ano, foram pedidas mais de 380 exonerações. O presidente da Associação, Geilson Oliveira, avaliou que a profissão de perito previdenciário tem se tornado pouco atraente aos médicos.

PLENÁRIO

Dia do Médico

Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) destacou o Dia do Médico (18 de outubro) cumprimentando especialmente os profissionais da medicina no Amapá e no município de Santana. O deputado lamentou que o sistema de saúde nacional muitas vezes não garanta condições adequadas para o exercício da profissão e defendeu a discussão do financiamento do Sistema Único de Saúde. Para ele, o conhecimento acumulado pelos médicos pode revolucionar a saúde nacional, caso as condições financeiras sejam favoráveis.

Fiscalização das leis

A população deve acompanhar a aplicação efetiva das leis no Brasil, segundo o entendimento de Francisco Praciano (PT-AM), pois apenas desta forma as leis aprovadas pelo Congresso Nacional vão funcionar. Ele citou, entre os principais exemplos de normas que devem ter uma fiscalização constante da sociedade, a da Ficha Limpa, e apontou que, no Amazonas, 81 candidatos concorreram nas eleições municipais mesmo não atendendo às determinações legais.

Obras em rodovia

Zé Geraldo (PT-PA) comemorou o início das obras na BR-230, que passa pela cidade de Medicilândia (PA). A rodovia, conhecida como Transamazônica, foi aberta há cerca de 40 anos e somente agora as obras de asfaltamento foram iniciadas. O deputado disse que ainda há trechos que aguardam resultados de licitações e ressaltou que a população local aguarda o asfaltamento desde a década de 70.

Seca

Os problemas enfrentados pelo homem do sertão no período da seca foram destacados por Danilo Forte (PMDB-CE). Na avaliação do deputado, é necessário equalizar o desenvolvimento de todas as regiões para permitir o aumento da produção em unidades da federação como o Ceará, diminuindo a migração para outros estados. Danilo Forte disse ainda que os programas Bolsa Família e Seguro Safra estão amenizando as dificuldades dos nordestinos, mas que só isso não basta, pois o governo federal ainda não colocou em prática programas que resolvam o problema da seca no Nordeste.

Aposentados

Cleber Verde (PRB-MA) defendeu uma 'agenda positiva' da Câmara em relação aos aposentados. Para ele, é preciso o fim da taxa sobre os inativos e do fator previdenciário, pois essa arrecadação "não fará falta ao governo". O deputado citou dentro dessa agenda positiva a PEC 555/06 e os projetos 4434, 3299 e 3884, todos de 2008, que devem, na avaliação dele, ser incluídas na pauta e aprovadas, favorecendo os inativos.

Morte de criança

Marçal Filho (PMDB-MS) lamentou a morte de uma criança de um ano de idade em um centro de educação infantil de Dourados. A morte aconteceu, segundo ele, após engasgo durante uma refeição. O parlamentar pediu que o caso seja investigado pela polícia e pelos órgãos responsáveis, já que o centro é mantido pela prefeitura, e disse que é importante saber, por exemplo, se no local há funcionários suficientes e capacitados para atender as crianças.

Reforma política I

A reforma política é prioridade absoluta entre todas as reformas que tramitam na Câmara, na avaliação de Leonardo Gadelha (PSC-PB). O deputado pediu que o assunto seja debatido abertamente no Congresso e sugeriu a criação de um corpo legislativo para condução exclusiva da reforma política. Ele declarou que, se nada for feito, apenas "milionários e mafiosos serão eleitos nas próximas eleições".

Reforma política II

Erika Kokay (PT-DF) também defendeu a reforma política e disse acreditar que a maneira mais eficiente e rápida de a proposta ser aprovada na Câmara seria por meio de uma iniciativa popular. A parlamentar, favorável ao financiamento público para as campanhas eleitorais, alertou sobre a possibilidade de potenciais representações políticas ficarem de fora do processo por falta de recursos econômicos.